

ensino SUPERIOR

Gestão

Visitas a IES estrangeiras inspiram ações no Brasil

Internacionalização

Disciplinas ministradas em inglês atraem alunos

Filantropia

Bolsas levam a retorno social de 400%

ANO 19 • Nº 212 • Setembro de 2016 • R\$ 7,90 • www.samesp.org.br



DESCONSTRUIR E RECRIAR

Em meio a transformações políticas, econômicas, sociais e ambientais em todo o mundo, o ensino superior não pode ficar parado: reinventar-se é preciso para que os negócios continuem

ANTÓNIO NÓVOA: IES DEVEM VER LICENCIATURA COM MAIS SERIEDADE

Ou nós mudamos, ou ...

O famoso mito da fênix remonta ao Egito e à Grécia antigas e tem diversas versões. Em todas elas, permanece uma trama principal: ao morrer, o pássaro lendário é tomado por chamas e, depois, renasce das cinzas.

Mais interessante do que pensar sobre a veracidade dessa história é pensar no porquê de o homem a haver criado. Arrisco dizer que em diversos momentos da história da humanidade foi – e ainda é – preciso inventar narrativas sobre processos sociais e culturais difíceis e abstratos.

Possivelmente a partir desse anseio, em 1942, o economista Joseph Schumpeter (1883-1950), cunhou o termo “destruição criativa”, para explicar como necessárias inovações produtivas superam antigos paradigmas em prol da continuidade dos negócios a cada novo ciclo econômico. O assunto é tema central do 18º Fnesp realizado neste mês,

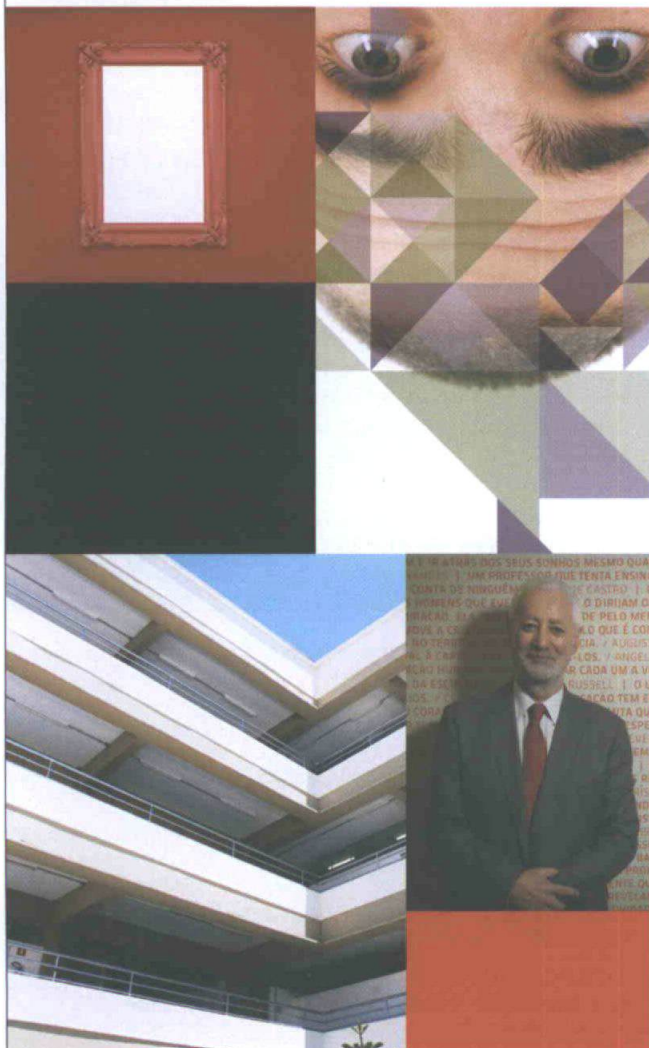
em São Paulo, e ganha destaque na reportagem de capa desta edição (*leia a partir da página 30*).

Em um período em que a manutenção e a captação de funcionários e alunos se tornaram um desafio (*leia a respeito a partir da página 46*), gestores de IES mostram como a ousadia no ensino superior (desde a gestão até as metodologias de ensino) é um risco que vale a pena ser corrido, e traz resultados melhores do que quando nos fixamos em um lugar-comum, cultivando práticas que a cada dia podem se tornar mais obsoletas.

Afinal, é como diz João Otávio Junqueira Bastos, reitor da Unifeob e integrante do comitê do Fnesp, na página 34 desta edição: “Ou a gente muda, ou não vai fazer o menor sentido para o aluno digital de hoje estar numa escola do século passado, arcaica”.

Hermes Ferreira Figueiredo, presidente do Semesp

Sumário



- 14 ENTREVISTA** Pesquisador português António Nóvoa fala sobre o papel das licenciaturas no ensino superior
- 18 GUIA 18º FNE SP** Caderno traz programação do evento e lista de prestadores de serviços e produtos voltados ao setor
- 24 FILANTROPIA** Pesquisa apresentada no FONIF 2016 mostra percentual de devolutivas sociais a partir das isenções do Estado
- 26 GESTÃO** Gestores brasileiros modificam estratégias pedagógicas e administrativas após visitas a IES estrangeiras
- 30 CAPA HORA DE REINVENTAR** Transformações na economia e no mercado educacional exigem soluções inovadoras das IES; gestores contam detalhes de ações diferenciadas
- 42 INTERNACIONALIZAÇÃO** Práticas internas, como o oferecimento de disciplinas em língua estrangeira, atraem alunos
- 46 PESQUISA CARGOS E SALÁRIOS** IES buscam formas de reter funcionários em meio à crise; estudo vai mapear ações

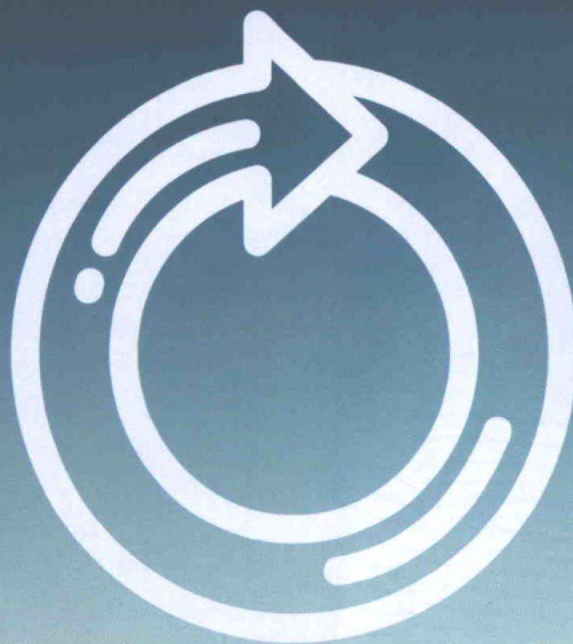
Seções

- | | |
|-----------------------------|-------------------------|
| 4 MURAL | 52 ENSAIO |
| 10 A QUESTÃO É... | 54 BOAS PRÁTICAS |
| 12 EDUCAÇÃO NO MUNDO | 56 COMPRAS |
| 50 LENTE | 58 CULTURA |

Retornos à sociedade

Pesquisa demonstra percentual de devolutivas sociais a partir das isenções oferecidas a IES filantrópicas

por Vinicius Antunes



Mais de 30% dos 1,2 milhão de universitários que estudam nas 324 instituições filantrópicas de ensino superior brasileiras têm bolsas de estudos. Ao todo, essas entidades atendem 2,2 milhões de alunos (da educação básica ao ensino superior) em todo o país, e, por meio das bolsas, retornam à sociedade 400% de suas arrecadações.

Os dados fazem parte da pesquisa *A contrapartida do setor filantrópico para o Brasil*, divulgada durante o Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (FONIF) 2016, em agosto. Segundo o estudo realizado pela **DOM Strategy Partners**, empresa

especializada em estratégia corporativa, de cada R\$ 1,00 obtido com isenções fiscais, as instituições filantrópicas proporcionam R\$ 5,92 em benefícios.

Os números apontam que, em geral, as filantrópicas dão um retorno de 600% para o investimento do Estado. Por área, a relação é a seguinte: na saúde, a cada R\$ 100,00 em isenção, retornam-se R\$ 735,00; na assistência social, a cada R\$ 100,00, devolvem-se 573,00; na educação, R\$ 100,00 em isenção se transformam em R\$ 386,00 para gastos sociais.

Segundo Pedro Mello, analista da consultoria **DOM Strategy Partners**, a pesquisa

mostra que isenção fiscal não é um desperdício de dinheiro público. “Concluimos que é um investimento do governo que apresenta bons resultados. No caso da educação, o retorno para a sociedade é claro com a entrega das bolsas, que têm um custo muito mais alto do que o valor da isenção.”

O estudo surge em um momento oportuno. Recentemente, dentro de um conjunto de sugestões para diminuir o rombo da Previdência, as centrais sindicais passaram a reivindicar a revisão de isenções previdenciárias para instituições filantrópicas. Em entrevista divulgada pelo portal G1 no início de junho, o deputado Paulinho da Força chegou a defender “o fim da filantropia para entidades como faculdades que têm isenção fiscal, mas cobram mensalidades dos seus alunos”.

“O objetivo dessas instituições, desde que foram fundadas, há séculos, é colaborar para o desenvolvimento social do país, e os números provam que elas cumprem esse compromisso que faz parte da sua missão”, diz Custódio Pereira, presidente do FONIF.

Para ele, o final das isenções pode criar muitas dificuldades para escolas tradicionais que há décadas primam pela excelência do ensino. “No mínimo isso vai obrigar que a concessão de bolsas diminua, prejudicando o acesso

da população mais carente e elitizando ainda mais a oferta de boa educação. Em último estágio pode fazer com que essas instituições centenárias encerrem as atividades”, prevê.

Pereira ressalta que o setor está empenhado em coibir eventuais casos de má gestão por parte das instituições. “Temos como prioridade aprimorar os métodos de administração e fiscalização em todas as nossas unidades. Nosso compromisso essencial, além de oferecer serviços de qualidade, é demonstrar que utilizamos de maneira correta os recursos que recebemos. Para isso temos implantado diversos mecanismos de controle, como a adequação das unidades à Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS)”, finaliza.

Pró-reitor administrativo da PUC-PR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná), instituição de ensino privado que mais investe em pesquisa no Estado do Paraná, Paulo Batista concorda com Pereira sobre o impacto do fim da isenção nas instituições filantrópicas de ensino superior. “Sem essas políticas, não seria viável a manutenção de um contingente tão elevado de alunos estudando com bolsas. Então, acredito que a redução da operação das instituições filantrópicas traria um colapso ao sistema de ensino superior”, diz. “Também presenciáramos uma redução dos níveis de investimento em Ciência e Tecnologia, que estão na base do desenvolvimento sustentável de uma nação”, completa.

Valores relativos

Durante o Fórum, expositores ressaltaram que o total de isenções oferecido às filantrópicas é menor do que o concedido aos setores produtivos. De acordo com o FONIF, o referente à cota patronal da Previdência direcionada ao setor (R\$ 10 bilhões em 2014) representa apenas 3% do total de isenções (R\$ 348 bilhões).

“O valor investido nas instituições é muito pequeno em relação à renúncia fiscal feita para outras áreas, sobretudo setores produtivos que visam lucro. E, mais importante do que isso, provamos que oferecemos uma contrapartida muito superior ao valor que recebemos em isenções”, diz o presidente do FONIF. ■



Custódio Pereira, presidente do FONIF: “Grande parte das universidades e faculdades filantrópicas se destaca em rankings e avaliações rigorosos como Enem e Capes”

CEBAS

A Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) é uma titulação concedida pelo governo federal, por intermédio dos Ministérios da Educação, Desenvolvimento Social e Saúde, para que as entidades privadas sem fins lucrativos possam usufruir de imunidade e isenção das contribuições sobre a seguridade social (cota patronal), oferecendo como contrapartida:

- Educação: uma bolsa integral a cada cinco pagantes
- Assistência Social: manter a prestação de seus serviços, de forma gratuita
- Saúde: oferecer 60% dos seus serviços de forma gratuita (SUS)
- Em 2014, 8.695 instituições filantrópicas possuíam a CEBAS